

A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO COM ANTI-INFLAMATÓRIO ENTRE ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Data de submissão: 09/08/2023

Data de aceite: 01/09/2023

Amanda Rodrigues Pinheiro Ferreira

Faculdade União de Goyazes –
Trindade – GO

Mayara Lorrany Ribeiro Bueno Reis

Faculdade União de Goyazes –
Trindade – GO
<http://lattes.cnpq.br/4859201293640324>

Vitória Fernandes Martins

Faculdade União de Goyazes –
Trindade - GO
<http://lattes.cnpq.br/4763008798498924>

Wesley José Moreira Garcia

Universidade Federal de Goiás –
Goiânia - GO
<https://lattes.cnpq.br/3494558970488473>

RESUMO: A automedicação consiste na prática de utilizar medicamentos por conta própria ou por indicação de alguém, sem que haja a avaliação e prescrição por algum profissional de saúde. A automedicação com anti-inflamatórios é bastante comum pelo fato desse tipo de medicamento dispensar a apresentação de receita médica para ser adquirido. Este estudo teve por objetivo analisar a prática de automedicação com anti-inflamatórios entre acadêmicos

dos cursos de Farmácia, Fisioterapia e Odontologia de uma instituição de ensino superior em Trindade, Goiás. A amostra calculada levou em consideração um total de 120 alunos matriculados nos cursos mencionados, todavia, 33 responderam à pesquisa. A partir desse estudo pode-se concluir que a prática da automedicação entre os acadêmicos da área de saúde é intensa e cabe às instituições de ensino superior formarem profissionais qualificados para a devida orientação da população sobre o uso de medicamentos e ao farmacêutico, como profissional capacitado, orientar, aconselhar, fiscalizar as condutas e práticas que possam vir a ser prejudiciais à saúde do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Automedicação, Ensino Superior, Acadêmicos, Anti-inflamatórios

THE PRACTICE OF SELF-MEDICATION WITH ANTI-INFLAMMATORY AMONG ACADEMICS OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN BRAZILIAN MIDWEST

ABSTRACT: Self-medication is the practice of taking medication on your own or someone else's recommendation, without evaluation

and prescription by a health professional. Self-medication with anti-inflammatory drugs is quite common because this type of medication does not require a medical prescription to be purchased. This study aimed to analyze the practice of self-medication with anti-inflammatory drugs among Pharmacy, Physiotherapy and Dentistry students at a higher education institution in Trindade, Goiás. The calculated sample took into account a total of 120 students enrolled in the mentioned courses, however, 33 responded to the survey. From this study, it can be concluded that the practice of self-medication among academics in the health area is intense and it is up to higher education institutions to train qualified professionals to properly guide the population on the use of medicines and the pharmacist, as a trained professional, guiding, advising, supervising conducts and practices that may be harmful to the patient's health.

KEYWORDS: Self-medication, Higher Education, Academics, Anti-inflammatories

1 | INTRODUÇÃO

Automedicação pode ser compreendida como a prática de se utilizar medicamentos seja por conta própria ou por indicação de outrem com a finalidade de tratar doenças cujos sintomas são observados pelo usuário sem que haja uma avaliação de um profissional da saúde (BARROS; GRIEP, 2009). Os efeitos adversos decorrentes da automedicação incluem alergias, gastrites, úlceras, acidentes vasculares cerebrais, ou piora no quadro clínico e/ou retardo do combate a doenças que já se encontram instaladas. Marim (2005) demonstrou que mesmo entre os profissionais da saúde a prática é comum, além de ser observada também em pessoas de classes sociais mais elevadas e que não teriam dificuldades em se consultar.

O medicamento tem um papel fundamental na manutenção da saúde servindo como ferramenta terapêutica que auxilia o médico e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, quando utilizados de maneira inadequada podem surgir problemas de diversas ordens para o próprio organismo do usuário bem como gastos para o sistema de saúde (ARRAIS, 2005).

Os efeitos causados pelo uso indiscriminado de medicamentos são tidos como uma importante questão de saúde pública, uma vez que se relacionam não somente com aumento do número de óbitos por esse motivo, mas também pelos gastos desnecessários ao sistema público de saúde, causado por esses efeitos que são mascarados ou minimizados pelos reais sintomas da doença (SOUSA, et. al., 2018).

A automedicação é muito recorrente no Brasil e em outros países nos quais os sistemas de saúde são pouco estruturados. Nestes o hábito de ir à farmácia é a primeira opção para se resolver um problema de saúde, ocasionando o consumo de medicamentos sem receita médica. Em países mais desenvolvidos e com forte cultura capitalista, é comum encontrar medicamentos disponíveis em supermercados, como analgésicos e antitérmicos. Diante disso, tem-se debatido qual o nível de automedicação seria desejável, a fim de se contribuir para a redução do uso desnecessário dos serviços de saúde, tendo em vista que grande parte dos brasileiros não têm convênios médicos caso necessitem (AQUINO, 2008).

Automedicar-se pode ser um ato bastante perigoso e quando praticado por grupos humanos vulneráveis, os efeitos podem ser ainda mais graves, trazendo enormes riscos à saúde, levando até mesmo a sequelas nos usuários. Essa prática vai desde uma atitude aparentemente simples como o consumo de medicamentos para dor de cabeça, cólicas menstruais até a falta de bom senso em utilizar ou indicar para outros tratamentos sem a devida prescrição médica (ARRAIS, 2005).

O uso indiscriminado de medicamento não se restringe apenas à automedicação: faz parte de um processo mais abrangente relacionado ao meio de se encontrar a cura para uma doença e promover o bem-estar através do uso de um medicamento. Geralmente a automedicação não é realizada sem motivos e acontece porque o indivíduo busca cessar sintomas que estão lhe afligindo ou causando dor e desconforto (MOTA, et. al., 2019).

Os anti-inflamatórios, juntamente com os analgésicos e antitérmicos, fazem parte das classes de medicamentos que mais causam intoxicação por serem os mais consumidos e vendidos sem prescrição médica. São utilizados para tratar sintomas e dores mais comuns, como no corpo, cabeça e garganta. Anti-inflamatórios se dividem em dois grupos: os esteroides e os não-esteroides (SOUSA, et. al., 2018).

Os esteroides são conhecidos como corticosteroides. Sua função é inibir a enzima fosfolipase A2, a qual é resultante da redução de prostaglandinas e proteínas associadas ao processo inflamatório. Os não-esteroides (AINE) apresentam propriedades analgésica, antitérmica, anti-inflamatória e antitrombótica. Esse grupo inibe a síntese de prostaglandinas, substâncias endógenas intermediadoras do processo inflamatório quando as isoenzimas se tornam inativas, denominadas de cicloxigenases constitutiva (COX-1) e induzível (COX-2) (MARIM, et. al., 2005).

Os anti-inflamatórios não esteroide inibem COX-1, e podem causar efeitos indesejáveis como gastropatia e a nefropatia. Inibidores seletivos da COX-2, de um modo geral apresentam vantagens sobre os AINE não seletivos, pois, suas capacidades anti-inflamatórias permanecem sem a presença de efeitos adversos (MARIM, et. al., 2005). Desse modo, o caminho a ser percorrido em direção à redução da automedicação é longo e complexo. Tal processo passa por um olhar pela vulnerabilidade no sentido de reduzi-la a partir da conscientização dessas pessoas sobre a problemática de se automedicar (FONSECA & FRADE, 2005).

É necessário também maior rigor na fiscalização e controle de publicidades envolvendo medicamentos nos meios de comunicação. Monitoramento realizado pela ANVISA, revela que mais de 90% das propagandas veiculadas com medicamentos possuem informações incompletas, provocando a desinformação dos consumidores (NASCIMENTO, 2010).

Tal realidade supõe a redescoberta do papel dos farmacêuticos como agentes promotores da saúde, uma vez que estes profissionais são qualificados para desempenhar o papel de orientadores dos pacientes que vão as drogarias e farmácias em busca de

medicamentos (BECKHAUSER, et. al. 2010). O presente estudo objetivou analisar a prática de automedicação com anti-inflamatórios entre acadêmicos dos cursos de Farmácia, Fisioterapia e Odontologia de uma instituição de Ensino Superior localizada na cidade de Trindade, Goiás, no centro oeste brasileiro.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos importantes sobre a automedicação

A automedicação tem crescido cada vez mais, tornou-se praticamente um hábito da sociedade utilizar medicamentos sem a orientação ou supervisão de um profissional capacitado (GAMA e SECOLI, 2017). Muitos fatores levam a essa realidade no Brasil, como por exemplo, a deficiência na saúde pública, facilidade de acesso a medicamentos que não necessitam de prescrição, e a enchente de propagandas da indústria farmacêutica que estão sempre incentivando as pessoas a consumirem. Fatores econômicos, políticos e culturais, como o alto custo de alguns medicamentos, ou o costume de utilizar um remédio indicado por alguém próximo, contribuem também para o aumento da automedicação (LUKOVIC et al, 2014).

De acordo com dados disponibilizados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os medicamentos são responsáveis por cerca de 30% das intoxicações que ocorrem na população brasileira, sendo os benzodiazepínicos, os medicamentos utilizados para o tratamento dos sintomas da gripe, os antidepressivos e os anti-inflamatórios as classes de medicamentos que mais intoxicam (SOUZA; SILVA; NETO, 2008).

Os principais sintomas e doenças que levam a prática da automedicação são: a constipação, gripe, tosse, dor de garganta, rinite alérgica, feridas na cavidade oral, indigestão, obstipação, vômitos, diarreias, hemorragias, queimadura solar, verrugas, dores moderadas (cabeça ou muscular) e alguns problemas de pele como as acnes e micoses (MENDES et al, 2004, apud GARCEZ et al, 2012).

Para Arrais e colaboradores (2005) os medicamentos que aliviam sintomas de dor são os mais procurados, sendo a classe dos analgésicos a que lidera a lista com cerca de 33% seguida pelos relaxantes musculares (13,8%) e os anti-inflamatórios (11,7%).

2.2 Os números da automedicação

Dados do Conselho Federal de Farmácia (2019) apontam que 77% da população tem o hábito de se automedicar, sendo constatado também que 47% da população se automedica pelo menos uma vez por mês e 25% uma vez por semana. Esse estudo revelou também que a automedicação é mais realizada por mulheres do que por homens e que tanto mulheres quanto homens têm como principais influenciadores amigos e familiares.

No Brasil entre os anos de 2006 e 2013 foram registrados 103.887 eventos adversos, sendo 38.730 associados a medicamentos (EAM) (VARALLO, 2018). Estudo realizado em

um hospital público do Estado de Goiás mostrou que os custos totais decorrentes devido a EAM foram de R\$ 96.877,90. Destes, R\$ 26.463,90 foram custos diretos, R\$ 20.430,36 obtidos por iniciativas do hospital e R\$ 6.033,54 pelo SUS. Especificamente R\$ 14.380,13 estão relacionados a EAM que não puderam ser evitados e R\$ 12.083,77 por EAM evitáveis. Já os custos sociais indiretos foram de R\$ 70.414,00, em razão dos óbitos decorrentes das falhas de medicação (NASCIMENTO, 2018).

Estudo realizado por Sousa e Arrais (2018) identificou uma prevalência de 8% dos EAM naquela população estudada, sendo que a maior incidência se deu entre as mulheres exibindo um percentual de 9,7% na faixa etária entre 50 e 64 anos. Nesse estudo é apontado ainda que, entre os participantes totais, 12% possuíam doenças crônicas.

Dos estudos sobre EAM realizados em 13 países envolvendo América do Norte, Europa, América do Sul e Ásia, dez deles (34,5%) foram realizados nos Estados Unidos e dois (6,9%) no Brasil. Em países da Europa os EAM representam, nos pacientes internados, uma variação entre 1,6% e 41,4%. Os EAM que surgem em hospitais podem estender o tempo de internação e em alguns casos levar ao óbito. Nessas unidades de saúde a frequência de efeitos adversos de medicamento pode chegar a 19% sendo que dois terços deles podem ser evitados (CANO & ROSENFELD, 2009).

2.3 Os riscos da automedicação

A prática de se automedicar pode prejudicar tanto a saúde individual quanto a de pessoas próximas, uma vez que os indivíduos têm o costume de orientar outras pessoas sobre consumo de determinados medicamentos. Entre 1999 e 2009 ocorreram mais de 307.650 casos de intoxicação medicamentosa, índices que superam reações tóxicas provenientes de agrotóxicos, venenos de rato, picadas de animais peçonhentos, produtos de limpeza e cosméticos.

O uso de diversos medicamentos considerados simples para os pacientes, como por exemplo medicamentos de venda livre, pode trazer várias consequências, dentre elas, as mais comuns, reações de hipersensibilidade, resistência bacteriana, estímulo para a produção de anticorpos sem a devida necessidade, dependência do medicamento sem a precisão real, hemorragias digestivas, entre outras (PEREIRA, 2008).

A automedicação também pode ajudar a mascarar doenças graves, levando a um atraso no diagnóstico por tratar temporariamente os sintomas dando a falsa sensação de cura da doença. Algumas classes de medicamentos costumam aparecer com mais frequência nas listas que tratam a respeito dos principais Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's). Mesmo os MIP's sendo de mais fácil acesso para as pessoas por não ser exigido a apresentação de receita no ato da compra, os medicamentos que exigem receita também são alvo da automedicação devido à grande carência de fiscalização nos estabelecimentos de saúde do país (ARRAIS et al, 2005).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Tipos de estudo e local do estudo

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva do tipo corte transversal, com a apuração de dados quantitativos. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior localizada no município de Trindade - GO.

3.2 População e amostra

De acordo com a população geral dos estudantes da instituição, cerca de 173 alunos cursavam o 7º e 8º períodos dos cursos de Farmácia, Fisioterapia do turno matutino e Odontologia do vespertino no segundo semestre de 2020. Utilizou-se 2 desvios-padrão, equivalente a 95% de nível de confiança. Para porcentagem, por não ser possível estabelecê-la previamente, foi adotado o valor de 50% e admitiu-se um erro máximo tolerável de 5% (GOMES & DONADON, 2010). De acordo com o total da população, foi estipulado que 120 alunos deveriam ser entrevistados.

Após o envio do formulário aos participantes, 33 acadêmicos dos cursos de Farmácia, Fisioterapia e Odontologia, dos 7º e 8º períodos matutino, vespertino e noturno devidamente matriculados responderam à pesquisa.

A participação dos estudantes da instituição de ensino superior se deu mediante a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado pela plataforma Google Docs.

3.2.1 Critérios de inclusão

Participaram da pesquisa alunos que estão cursando Farmácia, Fisioterapia e Odontologia, do 7º e 8º períodos matutino, vespertino e noturno que concordaram em responder o questionário, após assinatura do TCLE.

3.2.2 Critérios de exclusão

Foram excluídos alunos que não cursaram a disciplina de farmacologia ou que tenham sido reprovados na mesma, estudantes menores de 18 anos ou que manifestaram a vontade de não participar após a assinatura do TCLE.

3.3 Instrumentos e procedimento

Devido à pandemia de COVID-19 vigente durante o período do estudo, os participantes foram contatados pelos e-mails institucionais que foram fornecidos pela secretaria da instituição de ensino superior logo após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Entre os meses de setembro e novembro de 2020 os participantes responderam os questionários de forma individual e anônima, garantindo, assim a privacidade na coleta das informações. O TCLE foi fornecido em duas vias: uma que foi assinada eletronicamente

pelo estudante e automaticamente devolvida para os pesquisadores após a participação na pesquisa e a outra que foi enviada ao e-mail do participante com uma cópia do questionário respondido.

Um questionário semiestruturado, adaptado do estudo de GOMES & DONADON (2010) foi o instrumento utilizado para a coleta dos dados. Foram eliminados do estudo 3 questionários respondidos de forma incompleta e os participantes que estavam fora dos padrões estabelecidos pelo critério de inclusão.

Os participantes foram escolhidos de forma aleatória até a contemplação do número de questionários. Para se obter o número de questionários que seriam distribuídos para cada curso foi realizado um cálculo levando em consideração a soma total de alunos contidos nos cursos pesquisados.

A porcentagem de alunos correspondente a cada curso definiu a porcentagem de questionários que seriam distribuídos entre os cursos. Logo, foram distribuídos da seguinte forma: Farmácia 8º período, matutino (14); Farmácia 8º período, noturno (1); Fisioterapia 8º período, matutino (13); Fisioterapia 8º período, noturno (5); Odontologia 7º período, vespertino (40); Odontologia 8º período, vespertino (47), totalizando 120 estudantes.

Os questionamentos trataram de questões relacionadas ao uso de anti-inflamatório nos últimos 12 meses que antecederam a coleta de dados. Sendo considerados como automedicação todos os medicamentos auto indicados, indicados por parentes, amigos, balconistas ou outras pessoas não formalmente habilitadas para prescrição.

3.4 Análises de dados

As informações foram transferidas para planilhas do programa Microsoft Excel, permitindo a construção de gráficos e tabelas, seguida de uma comparação com estudos e artigos já publicados que abordassem a temática do estudo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira pergunta solicitava informações acerca da faixa etária dos participantes, sendo que a maioria (60,4%) declarou possuir entre 18 e 24 anos de idade. A maioria dos participantes eram do sexo feminino (26), correspondendo a 78,8% do total.

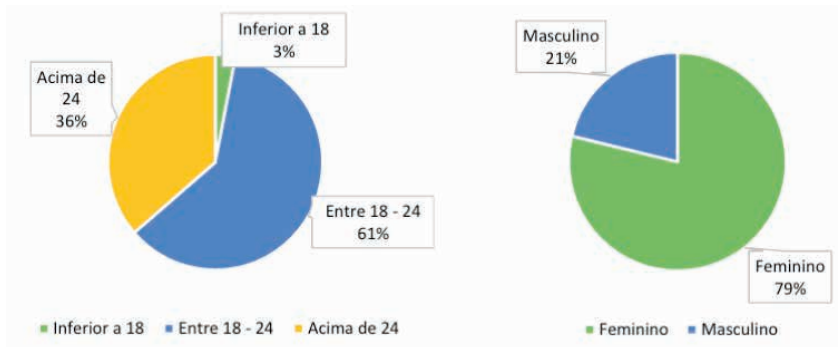


Figura 1 – Idade dos participantes

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Figura 2 – Gênero dos participantes

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

O perfil dos entrevistados do presente estudo se assemelhou com o dos participantes de uma instituição de ensino superior que praticavam a automedicação estudados por Souza e colaboradores em 2011, o qual era formado em sua maioria por mulheres na faixa etária de 18 a 29 anos. De acordo com esse mesmo estudo a prevalência de estudantes que se automedicavam em casos de dor foi de 38,8%.

De acordo com Vilarino e colaboradores em 1998, o perfil do usuário da automedicação no Brasil era majoritariamente formado por representantes do sexo feminino, que tinham renda de até 3 salários-mínimos, faixa etária de 28 anos, alto grau de instrução e acúmulo de conhecimento.

Na atual pesquisa não foram abordadas informações acerca da renda familiar ou classe socioeconômica dos participantes.

Em seguida a pesquisa partiu para questionamentos do conhecimento prévio dos acadêmicos. A Figura 3 apresenta os dados referentes à graduação cursada pelo aluno dentre as selecionadas para a pesquisa: Fisioterapia, Farmácia e Odontologia. O maior número de participantes do curso de Odontologia foi explicado pelo fato de que na amostra total, a quantidade de alunos devidamente matriculados neste curso era proporcionalmente maior, seguido por Farmácia e Fisioterapia.

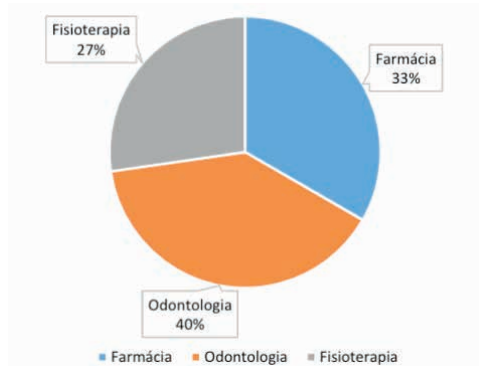


Figura 3 – Dados referente à graduação

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Em um estudo realizado em Recife no ano de 2005, com 223 estudantes de uma mesma instituição acadêmica entre os cursos de educação física, farmácia, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, odontologia e terapia ocupacional, identificou-se que o maior número de participantes que praticavam a automedicação pertencia ao curso de medicina, cerca de 32% (AQUINO; BARROS; SILVA, 2010). O estudo supracitado apresentou um maior número de participantes, uma vez que 9 cursos diferentes compuseram a amostra, enquanto que nesta pesquisa participaram 3 cursos distintos.

No presente estudo os alunos foram questionados a respeito do período em que estavam cursando. Dentre as respostas válidas (70%) foi observado que a maioria estava matriculada no oitavo período, como visualizado na Figura 4.

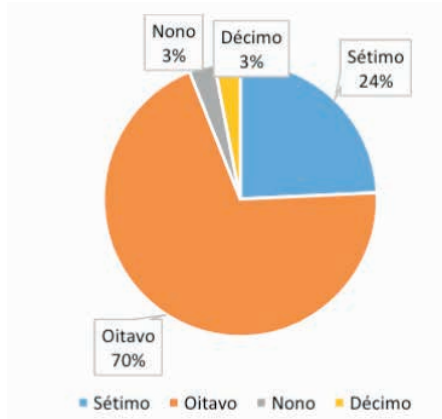


Figura 4 – Dados referente ao período em que os alunos cursavam

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Tais dados corroboraram com os de outra pesquisa realizada em 2008 entre 62

acadêmicos de enfermagem do 1º ao 8º período do Campus Bom Despacho (MG), na qual foi identificado que a automedicação era praticada principalmente entre os acadêmicos do 8º período de enfermagem, pois acreditavam possuir conhecimento satisfatório para se automedicarem além de terem consciência dos danos que a automedicação poderia causar à saúde (PINTO et al., 2008).

Para auxiliar na compreensão do uso dos anti-inflamatórios pelos acadêmicos, eles foram questionados se já cursaram a disciplina de Farmacologia, na qual eles aprendem mais sobre os medicamentos, efeitos colaterais, processos de interação das substâncias químicas no organismo além da automedicação. A maioria dos alunos, 94%, declarou que já tinham cursado a disciplina de Farmacologia, geralmente ofertada no 5º e 6º período, ou seja, no meio do curso, quando os alunos já possuem uma maior maturidade acerca dos medicamentos e procedimentos corretos para consumo e dispensação, como pode ser visto na Figura 5.



Figura 5 – Dados sobre os alunos que já cursaram Farmacologia

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Considerando que o foco desta pesquisa esteve na automedicação com anti-inflamatórios, os acadêmicos foram questionados se já fizeram uso deste tipo de medicação, e 30 alunos (91%) afirmaram que sim.

No estudo de Pinto e colaboradores (2008) mencionado anteriormente o grupo de medicamentos mais utilizados na automedicação foram os antibióticos (48,8%), seguido de anti-inflamatórios (mais utilizados entre os acadêmicos do 1º período), ansiolíticos e antidepressivos (mais utilizados entre os acadêmicos do 8º período). Em concordância com outros estudos já realizados, os analgésicos e anti-inflamatórios foram as classes medicamentosas mais utilizadas (VALENTE; GRAZIELA, 2009).

Em uma universidade particular do sul do Estado de Minas Gerais, foi realizado um estudo entre os acadêmicos de cursos da área da saúde para verificar a prática

automedicação por inflamatórios. No total foram entrevistados 697 acadêmicos dos cursos de medicina, odontologia, farmácia e enfermagem. Após análise dos resultados descobriu-se que os acadêmicos de medicina realizavam a prática da automedicação com maior frequência (94,55%), seguidos dos do curso de odontologia (93,18%) (SILVA et al., 2011). Na instituição do presente estudo, não era oferecido o curso de medicina, sendo então o curso de odontologia o que mais praticava automedicação, conforme a Figura 3.

Os alunos do presente estudo foram questionados a respeito do momento em que realizaram a automedicação relacionando ao fato de terem cursado ou não Farmacologia, avaliando assim o processo de decisão para a automedicação. Neste tópico é importante observar que a maioria dos entrevistados responderam que realizaram a automedicação antes e depois de cursar a disciplina, ou seja, mesmo com um conhecimento mais avançado acerca dos riscos e efeitos colaterais, os alunos se sentiram seguros e confiantes o bastante para realizarem a automedicação como pode ser observado na Figura 6.

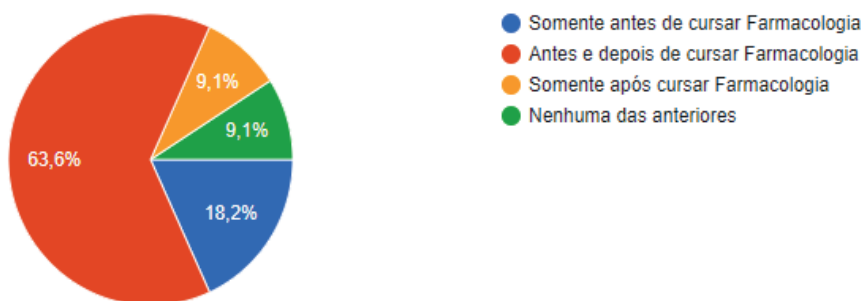


Figura 6 – Dados sobre o momento em que realizaram a automedicação

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

No que diz respeito ao tempo em que utilizaram os anti-inflamatórios (duração do tratamento) é importante observar que a automedicação ocorreu geralmente em um prazo inferior a 5 dias. Cerca de 43% dos alunos declararam que o tratamento durou de 1 a 2 dias e 30% declarou que o tratamento durou de 3 a 4 dias, assim como visualizado na Figura 7.

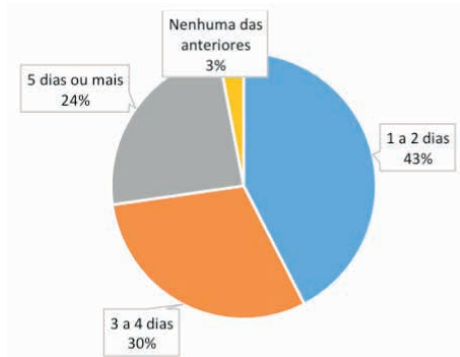


Figura 7 – Dados sobre o tempo em que os medicamentos foram utilizados

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Os dados obtidos são semelhantes ao estudo realizado por Colares e colaboradores (2019), no qual observou-se, que 41 pessoas (29,29%) responderam terem usado somente em um dia, 25 (17,86%), em dois dias, 41 (29,29%), em três a cinco dias e 33 (23,57%), por mais de cinco dias. Esse curto espaço de tempo em que o medicamento foi utilizado, aliado a falta de orientação de um profissional de saúde, podem estar relacionados a resistência que o organismo adquire a certos medicamentos, tendo em vista que o tratamento não foi realizado pelo prazo necessário para combater efetivamente a doença, além do fato de que as vezes pode não ser o medicamento correto a ser utilizado.

Quando questionados se possuíam conhecimento sobre os efeitos colaterais que poderiam ser causados pelos medicamentos consumidos, 30 alunos, correspondente a 90,9%, responderam que sim, e apenas 3 (9,1%) responderam que desconheciam os efeitos colaterais. Com relação a terem tido efeitos colaterais do uso desses anti-inflamatórios 93,9% declaram tiveram.

No estudo de Colares e colaboradores em 2019 em uma instituição de ensino superior de Goiás verificou-se, em relação ao conhecimento sobre os possíveis riscos da automedicação, que 133 estudantes (93,01%) afirmaram conhecê-los, enquanto somente dez (6,99%) declararam não ter conhecimento sobre o assunto. Tais números são mais expressivos quando comparados à pesquisa realizada no município de Trindade-GO na qual 33 participantes se dispuseram a responder o questionário.

Ao serem questionados se já procuraram conselho/orientação do farmacêutico ou balconista para adquirir medicação, 27 alunos (81,8%) responderam que sim e 6 alunos (18,2%) manifestaram que não. Já no questionário aplicado por Pinto e colaboradores (2008) sobre já terem solicitado orientações ao farmacêutico ou balconista para a compra de medicamentos sem receita, 68% dos acadêmicos responderam ter feito essa prática, 17% que não realizaram essa consulta ao farmacêutico ou balconista e 15% afirmaram já ter recebido, na farmácia, orientações mesmo sem terem solicitado, visto que o farmacêutico

é o profissional mais capacitado para desenvolver tal prática: orientar de forma correta preocupando-se com o bem estar do paciente.

A automedicação tem sua origem influenciada por diversos fatores, alguns julgam possuir conhecimento suficiente, outros são influenciados por amigos, familiares, propagandas nos meios de comunicação, entre outros. Quando perguntados por quem foram influenciados a se automedicar os dados ficaram relativamente balanceados. No Figura 8 podemos verificar que o primeiro motivo apontado foi a indicação de profissionais da área da saúde (não médicos, farmacêuticos e odontólogos), seguido da indicação de amigos ou familiares empatado com opção de já possuírem a medicação em casa sem prescrição.

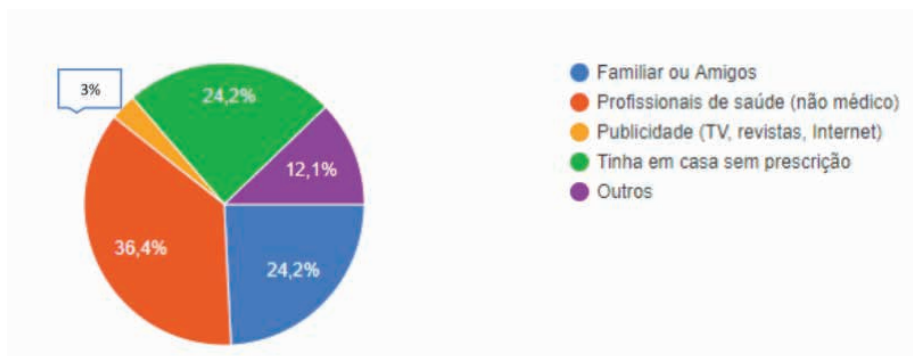


Figura 8 – Dados sobre a influência para a automedicação

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Assim como no estudo de Silva e colaboradores (2011) fatores como aconselhamento farmacêutico/balconista, conselho de terceiros, conhecimentos adquiridos na faculdade e instruções da bula também influenciaram na decisão dos estudantes se automedicarem.

No estudo realizado por Ribeiro e colaboradores (2010) em relação às fontes de indicação dos fármacos automedicados, observou-se que 44,5% do total de estudantes afirmaram que buscam a orientação dos pais para adquirir o medicamento, 21,5% disseram que adquirem medicamento por conta própria e 13,9% confirmaram que seguem a orientação de farmacêuticos. O restante segue orientações que variam desde parentes a balconistas.

Ao comparar os estudos mencionados acima com a pesquisa realizada, podemos perceber que a indicação de familiares ou amigos é predominante entre a maioria das pessoas. Os familiares e amigos formam a rede de confiança das pessoas e são capazes de formar diversos hábitos, inclusive influenciá-los e usar uma medicação indicada.

Ao serem questionados sobre se já se basearem em receitas antigas para promover a automedicação, 48,5% responderam que sim, e entre as pessoas que responderam afirmativamente, 60,6% responderam que essas receitas eram suas e 39,4% que as receitas

eram de outras pessoas. Com relação a obrigatoriedade da apresentação de receituário médico para adquirir estes medicamentos, 75,8% relataram que não havia essa obrigação.

A Nimesulida foi apontada por mais da metade dos entrevistados como o medicamento com o qual já se automedicaram, seguido de Ibuprofeno e posteriormente de outros que foram menos citados como observado na Figura 9. A Nimesulida é geralmente utilizada para combater dores e febres, até mesmo dores de garganta.

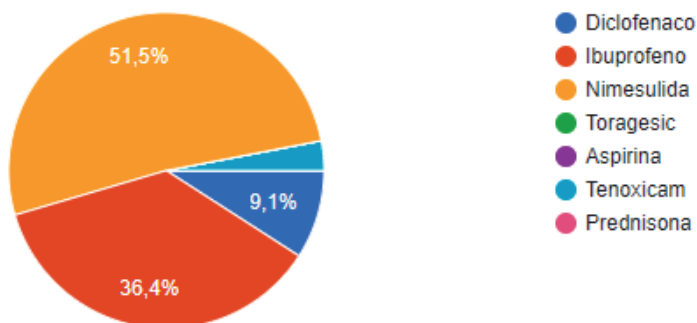


Figura 9 – Medicamentos utilizados para automedicação

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 10 apontou que entre os motivos ou sintomas que mais influenciam as pessoas a se automedicarem foram as dores/inflamações de garganta, seguido pela dor de cabeça e dores no corpo.

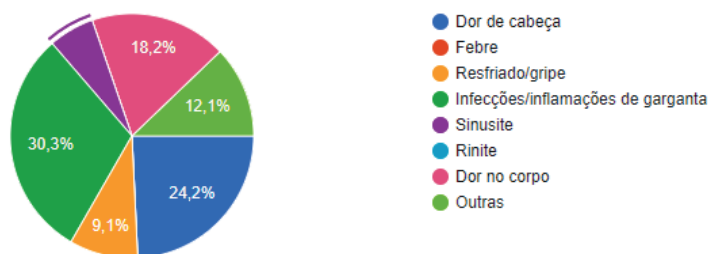


Figura 10 – Doenças/sintomas que mais levam a automedicação

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Assim como no estudo de Loyola Filho e colaboradores (2002) constatou-se que as principais doenças/sintomas que motivaram as pessoas a se automedicarem foram a cefaleia e sintomas respiratórios. Em uma pesquisa realizada por Arrais (1997), os sintomas que mais geram automedicação são: infecção respiratória alta, dores de cabeça e dispepsia/má digestão, dores musculares, cólicas, dismenorreia, quadros viróticos ou

infecciosos e diarreias. Foi possível observar, também, sintomas similares em outro estudo realizado por Aquino, Barros e Silva em 2010. Sendo assim, é possível verificar que os medicamentos mais consumidos foram utilizados para combater essas doenças.

No estudo realizado por Ribeiro e colaboradores (2010) identificou-se que os principais sintomas e/ou sinais clínicos indicados pelos estudantes como sendo aqueles que levaram à prática da automedicação, destacam-se: dor de cabeça (75,9%), gripe/resfriado (50,2%), dor de garganta (40,5%) e febre (35%). Do total de alunos que se automedicam, 66,4% certificaram que a experiência de já ter usado algum medicamento que curou uma doença ou enfermidade predomina como um dos motivos que normalmente os levam à prática da.

No estudo realizado por Colares e colaboradores (2019) apurou-se que as queixas que mais motivaram a automedicação foram as dores de cabeça (75; 53,57%), as alergias (26; 18,57%), as infecções de garganta (24; 17,14%) e os resfriados/gripes (nove; 6,43%).

No estudo realizado em Trindade, quando perguntados sobre as orientações da bula contida junto ao medicamento, 66,7% indicaram que seguem essas orientações, 30,3% que não seguem e 3% declaram que talvez sigam a bula. Este dado se contradisse (de forma positiva) com o estudo de Pinto e colaboradores (2008) onde foi questionado se os participantes seguiram as instruções da bula e a maioria (79; 56,43%) respondeu não seguir.

O uso das recomendações da bula praticado no presente estudo se tornou uma descoberta interessante e que pode ser avaliada como positiva, uma vez que a leitura da bula pode orientar as pessoas com relação ao uso correto do medicamento e talvez, até mesmo, fazer com que elas desistam de praticar a automedicação.

Quando perguntados sobre os motivos que os levaram a se automedicar, as respostas ficaram balanceadas, uma parcela que declarou se automedicar somente com medicamentos “leves”, em seguida empatados estão as pessoas que acreditam possuir conhecimento suficiente dos medicamentos que utilizam e aqueles que realizaram a automedicação motivos pela falta de tempo ou impossibilidade de procurar um médico, assim como demonstrado na Figura 11.

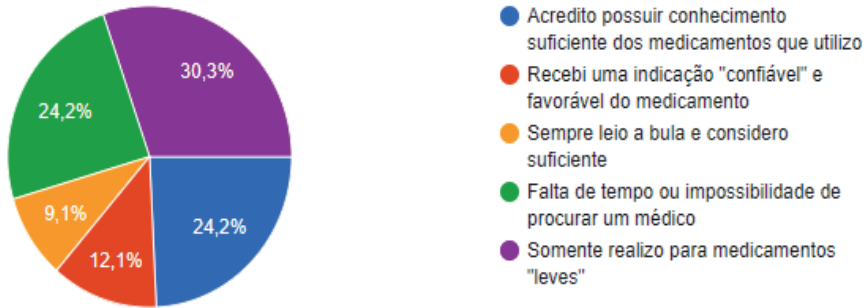


Figura 11 – Motivos que levam a automedicação

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Com relação a frequência com que ocorre a automedicação, 63,6% dos acadêmicos relataram que recorrem a este tratamento apenas em último caso, 30,3% sempre que possuem dor ou sintomas e apenas 6,1% quando não conseguem consultar com um especialista. A partir das respostas obtidas foi possível identificar que a maioria dos alunos tentam buscar outras opções que não sejam a automedicação e apenas em último caso que a praticam.

Finalizando o questionário 81,8% dos alunos relataram que ficaram satisfeitos com o resultado obtido ao final do tratamento realizado com a automedicação e consideraram o tratamento eficiente. Por fim 66,7% declararam que recomendam o uso de anti-inflamatório para pessoas próximas, como familiares e parentes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação ainda é uma prática muito comum entre acadêmicos de ensino superior, especialmente da área da saúde. Diversos fatores influenciam nessa prática, como o excesso de confiança, facilidade de acesso a medicamentos, o nível de conhecimento da pessoa, sua condição financeira, a influência de outras pessoas, como amigos e familiares, a pressa de querer o alívio rápido, propagandas nos meios de comunicação, facilidade de acesso nas farmácias e drogarias, além de em alguns casos a precariedade dos serviços de saúde influenciam significativamente na hora de adotar a automedicação.

Ao analisar os dados obtidos nessa pesquisa foi possível perceber que o perfil dos praticantes da automedicação é bastante semelhante ao de outros estudos já realizados em todo o país: mulheres, faixa etária de 18 a 27 anos, alunos de Farmácia, Odontologia e Fisioterapia. Os medicamentos mais utilizados são: Nimesulida, Ibuprofeno e Diclofenaco.

Os sintomas mais apontados como as causas que levam a automedicação foram:

dor de cabeça, infecção de garganta, dores musculares e resfriados. Apesar de muitos entrevistados relatarem conhecer os efeitos colaterais possíveis dessa prática e afirmarem que só recorrem a mesma em último caso, a automedicação é considerada um problema em todos os lugares, para o qual é necessário alertar a população sobre os riscos que a mesma oferece, conscientizando-a quanto ao perigo desta prática. No caso dos universitários, principalmente aqueles que cursaram a disciplina de Farmacologia, já conhecem os efeitos colaterais e mesmo assim insistem em praticá-la.

As instituições de ensino superior desempenham a função de formar profissionais que irão orientar seus pacientes quanto ao uso correto dos medicamentos. É preciso que seja inserido na grade curricular disciplinar medidas educativas e conscientizadoras quanto ao uso correto de medicamentos.

O profissional farmacêutico é o profissional de saúde mais capacitado para tirar dúvidas, orientar e esclarecer sobre os riscos e problemas da automedicação por possuir uma bagagem de conhecimentos voltada especificamente para medicação, oferecendo uma assistência farmacêutica de qualidade. O farmacêutico também deve fiscalizar de forma mais rigorosa a venda de medicamentos dentro do seu local de trabalho.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Daniela Silva de. **Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade?** Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2007, vol.13.

AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C.; SILVA, M. D. P. **A automedicação e os acadêmicos da área da saúde.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.15, n. 5, p. 2533- 2538, ago.2010.

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; BARRETO, Maurício Lima; COELHO, Helena Lutécia Luna. **Aspectos dos processos de prescrição e dispensação de medicamentos na percepção do paciente: estudo de base populacional em Fortaleza, Ceará, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2005, vol.23, n.4.

BECKHAUSER, Gabriela Colonetti; SOUZA, Juliana Medeiros de; VALGAS Cleidson, PIOVEZAN; Anna Paula; GALATO, Dayani. **Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis.** Rev. Paulista Pediatr., Tubarão/SC, 2010. Vol.28 n.3, p.262-268.

BORTOLON, P.C., KARNIKOWSKI, M. G. O., ASSIS, M. **Automedicação versus indicação farmacêutica: o profissional de farmácia na atenção primária à saúde do idoso.** Revista APS, v.10, n.2, p. 200-209, 2007.

CANO; Fabíola Giordani, Rozenfel, Suely. **Adverse drug events in hospitals: a systematic review.** Cad Saúde Pública 2009; vol.25, n.3.

COLARES KTP, BARBOSA FCR, MARINHO BM, SILVA RAR. **Prevalência e fatores associados à automedicação em acadêmicos de enfermagem.** Rev enferm UFPE on line. 2019;13:e239756

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Quase metade dos brasileiros que usaram medicamentos nos últimos seis meses se automedicou até uma vez por mês,** 2019. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/noticia.php?id=5267>>. Acesso em 19 mai. 2020.

FONSECA, José Júlio de Andrade, FRADE, Josélia. **Automedicação, velho hábito brasileiro**, 2005. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/5499>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GAMA, Abel S. M., SECOLI, Sílvia R. **Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil**. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2017.

GARCEZ, E.A.M., SOUZA, K.S., BRITO, A.F. **Classes terapêuticas mais consumidas no município de Ceres – GO no ano de 2012**. Faculdade de Ceres, Goiás, 2012.

LOYOLA FILHO, A.I. et al. **Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 1, p.55-62, 2002.

LUKOVIC JA, MILETIC V, PEKMEZOVIC T, TRAJKOVIC G, RATKOVIC N, ALEKSIC D, ALEKSIC, DANIJELA. **Self Medication practices and risk factors for self-medication among medical students in Belgrade, Serbia**. PLoS One. 2014.

MARIM, Elisamar et. al. **Avaliação da automedicação com anti-inflamatórios não esteroides em farmácias comerciais de Santa Maria – RS**. Ciências da Saúde, Santa Maria, 2005, vol.6, n.1, p.1-11.

MOTA, Daniel Marques; VIGO, Álvaro; KUCHENBECKER, Ricardo de Souza. **Reações adversas a medicamentos no sistema de farmacovigilância do Brasil, 2008 a 2013: estudo descritivo**. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2019, vol.35, n.8.

NASCIMENTO, Álvaro César. **Propaganda de medicamentos para grande público: parâmetros conceituais de uma prática produtora de risco**. Ciênc. Saúde coletiva. Rio de Janeiro, 2010, vol.15, n.3 p.3423-3431.

NASCIMENTO, Lais Cardoso do. **Custos decorrentes de eventos adversos a medicamento em pacientes hospitalizados**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8458/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Lais%20Cardoso%20do%20Nascimento%20-%202018.pdf>>. Acesso em 22 mai. 2020.

PEREIRA, L.R.L., FREITAS, O. **A evolução da atenção farmacêutica e a perspectiva para o Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas. Vol. 44, n. 4, out./dez., 2008.

PINTO, F. C. et al. **Automedicação praticada por acadêmicos do curso de graduação em enfermagem**. 2008. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Enfermagem) – Universidade Presidente Antônio Carlos, Bom Despacho, 2008.

RIBEIRO, M. I. et al. **Prevalência da automedicação na população estudantil do Instituto Politécnico de Bragança**. Revista Portuguesa de Saúde Pública, Lisboa, v.28, n.1, p.41-48, jan./jun. 2010.

SILVA, Marcos Gontijo de, LOURENÇO, Érica Eugênio. **Uso indiscriminado de anti-inflamatórios em Goiânia-GO e Bela Vista - GO**. Rev. Científica do ITAC, Araguaína, 2014, vol.7, n.4.

SILVA, L. S. F. et al. **Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do estado de Minas Gerais**. Odontologia Clínico-Científica (Online), Recife, v. 10, n. 1, jan./mar. 2011.

SOUSA, Livia Alves Oliveira, ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado de et al. **Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Fortaleza, CE 2018, vol.34, n.4.

SOUZA, H. W. O. SILVA, J.L., NETO, M.S. **A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NO COMBATE À AUTOMEDICAÇÃO NO BRASIL**. Revista Eletrônica de Farmácia Vol 5, 67-72, 2008.

VALENTE, R.; GRAZIELA, L. **Percepção dos estudantes do primeiro e oitavo semestres do curso de graduação em farmácia sobre o uso racional de medicamentos**. Cenarium Farmacêutico, Brasília, ano 3, n. 3, maio/nov. 2009.

VARALLO, Fabiana Rossi. **Internações hospitalares por Reações Adversas a Medicamentos (RAM) em um hospital de ensino**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara - SP, 2018. Disponível em: <https://www2.fcfar.unesp.br/Home/Pos-graduacao/CienciasFarmaceuticas/fabiana_rossi_varallo_ME.pdf>. Acesso em 23 mai. 2020.

VILARINO, J.F. et al. **Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil**. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 43-49, fev. 1998.